

**PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL – PROINFO:  
PENSAR A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA ALÉM DA IMPLEMENTAÇÃO  
NA ESCOLA PÚBLICA**

***PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGÍA EDUCATIVA - PROINFO: PENSANDO  
EN LA POLÍTICA EDUCATIVA MÁS ALLÁ DE LA IMPLEMENTACIÓN  
EN LA ESCUELA PÚBLICA***

***NATIONAL EDUCATIONAL TECHNOLOGY PROGRAM - PROINFO: THINKING OF  
EDUCATIONAL POLICY BEYOND IMPLEMENTATION  
AT PUBLIC SCHOOL***

Roberta Mirnas de Oliveira GOMES<sup>1</sup>  
Jean Mac Cole Tavares SANTOS<sup>2</sup>  
Emerson Augusto de MEDEIROS<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo analisar a política do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) em diferentes contextos, considerando as articulações – disputas e embates –, para a sua idealização e seu desenvolvimento, passando por sua atuação na comunidade escolar. Para isso, apropria-se da pesquisa bibliográfica, a partir da abordagem do ciclo de políticas e da teoria da atuação de Stephen Ball e colaboradores, quando apresentam as políticas educacionais em processos de construção e significação em ciclos diferentes. Entende-se que a trajetória da política educacional PROINFO é marcada, sobretudo, pelas múltiplas demandas, discursos, significados, interpretações e atuações observadas desde o contexto da influência, perpassando pelo contexto da produção de texto e pelo contexto da prática escolar. Identifica-se, nesses contextos, o PROINFO como parte de uma agenda social, em que diferentes grupos de poder disputam espaços a fim de legitimar suas ideias sobre fundamentos desta proposta que não é, simplesmente, implementada na escola pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** PROINFO. Ciclo de políticas. Teoria da atuação. Escola.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo analizar la política del Programa Nacional de Tecnología Educativa (PROINFO) en diferentes contextos, considerando las articulaciones - disputas y enfrentamientos -, para su idealización y desarrollo, pasando por su actuación en la comunidad escolar. Para ello, se apropia de la investigación bibliográfica, desde la perspectiva del ciclo de políticas y la teoría del desempeño de Stephen Ball y colaboradores,

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró – RN – Brasil. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3948-3228>. E-mail: robertamirnas@alu.uern.br

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró – RN – Brasil. Professor Adjunto da Faculdade de Educação. Doutorado em Educação (UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7800-8350>. E-mail: maccolle@hotmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró – RN – Brasil. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas. Doutorado em Educação (UECE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3988-3915>. E-mail: emerson.medeiros@ufersa.edu.br

*cuando presentan políticas educativas en procesos de construcción y significado en diferentes ciclos. Se entiende que la trayectoria de la política educativa de PROINFO está marcada, sobre todo, por las múltiples demandas, discursos, significados, interpretaciones y acciones observadas desde el contexto de influencia, pasando por el contexto de producción de textos y el contexto de práctica escolar. En estos contextos, PROINFO se identifica como parte de una agenda social, en la que diferentes grupos de poder compiten por espacios para legitimar sus ideas sobre los fundamentos de esta propuesta, que no se implementa simplemente en las escuelas públicas.*

**PALABRAS CLAVE:** PROINFO. Ciclo de políticas. Teoría del desempeño. Colegio.

**ABSTRACT:** *This article aims to analyze the policy of the National Educational Technology Program (PROINFO) in different contexts, considering the articulations - disputes and clashes -, for its idealization and development, going through its performance in the school community. To this end, it appropriates bibliographic research, based on the approach of the policy cycle and the theory of the performance of Stephen Ball and collaborators, when they present educational policies in processes of construction and meaning in different cycles. It is understood that the trajectory of the PROINFO educational policy is marked, above all, by the multiple demands, discourses, meanings, interpretations and actions observed from the context of influence, going through the context of text production and the context of school practice. In these contexts, PROINFO is identified as part of a social agenda, in which different groups of power compete for spaces in order to legitimize their ideas on the fundamentals of this proposal, which is not simply implemented in public schools.*

**KEYWORDS:** PROINFO. Policy cycle. Theory of performance. School.

## Introdução

Vivemos a era da conectividade em rede, uma era impulsionada pela presença massiva das tecnologias digitais nas mais variadas atividades cotidianas dos mais variados sujeitos. Como resultado disso, o comportamento humano se transforma, a sua forma de ser, enxergar e experimentar o mundo passa a acolher outros formatos, como as telas digitais. Frente a tantas novidades, a cultura digital é inaugurada, concebida por Heinsfeld e Pischetola (2017, p. 1354) como um “marcador cultural, que envolve tanto os artefatos digitais quanto sistemas de significação e comunicação distintos, capazes de descrever o modo de vida contemporâneo”. A cultura digital, associada às tecnologias, demanda novas relações entre a técnica e a vida social.

Diante da necessidade de inserir a escola na nova dinâmica da sociedade contemporânea, mediada pela cultura digital em rede, políticas educacionais foram idealizadas e formuladas para serem atuadas por docentes, tencionando contribuir com o processo educativo. Surge, nessa conjuntura, em 1997, o Programa Nacional de Tecnologia

Educacional (PROINFO), por meio da Portaria nº 522. A sua proposta apresenta, enquanto finalidade, a constituição de ambientes educacionais utilizando artefatos tecnológicos, como recurso potencializador em práticas de ensino-aprendizagem. Para isso, foi necessária a aquisição e instalação de laboratórios de informática nas escolas, bem como investir na formação de professores – já que o desenvolvimento do programa depende, em grande escala, da adesão e atuação desses sujeitos para cumprir seus objetivos.

Neste entendimento, o PROINFO, objeto deste estudo, surge em meio às demandas do cenário da cultura digital que nos impulsiona a novas maneiras de pensar, relacionar e (re)criar nossos cotidianos (ALONSO *et al.*, 2014). Isto nos remete a Ball e seus colaboradores quando “concebem as políticas como um processo, como algo que se move, que acontece em meio a interações e em terrenos instáveis” (ROSA, S. S., 2019, p. 7). Ou seja, para além da implementação nas escolas públicas, a trajetória do PROINFO é marcada pela própria evolução histórica das tecnologias da informação e comunicação (TICs), por grupos participantes de debates e disputas em busca de legitimar suas ideias no contexto de sua criação, pelos professores, alunos e comunidade em geral ao atuarem a sua proposta por meio de interpretações e ressignificações. Sendo assim, a escola pública, com suas práticas escolares, torna-se um espaço propício à criação e recriação de políticas.

Este estudo resulta de reflexões construídas no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PONSENSINO/UERN/UFERSA/IFRN) sobre a proposta do PROINFO e suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem. Neste artigo, interessa-nos analisar a política do PROINFO em diferentes contextos, considerando as articulações – disputas e embates –, para a sua idealização e seu desenvolvimento, passando pela atuação do programa na comunidade escolar.

Para o desenvolvimento do estudo, nos apropriamos da pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2010, p. 29-31), “[...] é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, essa modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”. A discussão sobre o PROINFO será discorrida a partir da abordagem do ciclo de políticas de Bowe, Ball e Gold (1992), quando analisam a construção e a produção das políticas em meio a contextos que permeiam interesses e embates de diferentes grupos. Entendemos que as políticas educacionais não são meramente implementadas, mas colocadas em ação por sujeitos possuidores de convicções e interesses próprios. Sob a luz da teoria da atuação de Ball, Maguire, Braun (2016), propomos compreender a política do PROINFO atuada pelos docentes no contexto da prática escolar.

Feita esta breve introdução, desenvolvemos o restante do texto em mais três seções. Inicialmente, apresentaremos o desenho institucional do PROINFO conduzido pelos seus textos oficiais. Em seguida, desenvolveremos uma análise da construção da proposta dessa política tomando como fio condutor o ciclo de políticas em meio aos seus três contextos: contexto da influência, contexto da produção do texto político e o contexto da prática. Nesse instante, trataremos o programa como uma política desenhada por demandas, discursos, significados, interpretações e atuações que se desdobram em diferentes espaços e tempos. Na terceira seção, traremos à cena o PROINFO enquanto uma política atuada por docentes que assumem, espontaneamente e simultaneamente, variados papéis – seja de tradutores, interpretadores e/ou criadores de políticas no espaço escolar. Por fim, nas considerações finais, teceremos uma breve síntese dos principais aspectos percorridos neste estudo a respeito do PROINFO em seu processo de constituição como política educacional.

### **Representação do PROINFO em seus textos oficiais**

Lançado no Brasil por meio da portaria nº 522, de 9 de abril de 1997, inicialmente denominado de Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), essa política educacional foi desenvolvida pela Secretaria de Educação a Distância (SEED)<sup>4</sup> em colaboração com estados e municípios. A iniciativa se constitui como pioneira no que diz respeito à distribuição de computadores em escolas públicas do país. Sua proposta inicial pautava-se em:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Informática na Educação – Proinfo, com a finalidade de disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal (BRASIL, 1997 s/p).

A partir do programa, laboratórios de informática foram instalados nas escolas públicas, fundamentados por justificativas como: possibilitar alteração no desenvolvimento de pesquisas e na construção do conhecimento; novas formas de pensar, trabalhar, viver e conviver com o mundo atual, o que “muito modificaria as instituições educacionais e outras corporações”, justificando-se ainda no sentido de que “as alterações que a evolução tecnológica vem causando nas relações de trabalho têm exigido um novo posicionamento da educação”, almejando “preparar o indivíduo para uma nova gestão social do conhecimento, apoiada num modelo digital explorado de forma interativa” (BRASIL, 1997, p. 2).

<sup>4</sup> Em 2001, a Secretaria de Educação a Distância foi extinta e as atividades foram assumidas pela Secretaria de Educação Básica ou de Ensino Superior.

Segundo o documento que instituiu suas diretrizes, são objetivos do PROINFO:

Melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem através da igualdade de acesso a instrumentos tecnológicos disponibilizadores e gerenciadores de informação;

Possibilitar a criação de uma nova ecologia cognitiva nos ambientes escolares mediante incorporação adequada das novas tecnologias da informação pelas escolas aproximando a cultura escolar da cultura extra-escolar;

Propiciar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico a fim de desenvolver a intuição, criatividade, agilidade de raciocínio associada ao manejo da tecnologia e maior conhecimento técnico;

Educar para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida, capazes de se comunicar, conviver e dialogar num mundo interativo e interdependente (BRASIL, 1997, p. 3).

Vale enfatizar que, em 2007, a portaria responsável por instituir o programa foi transformada no Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. Desse modo, o PROINFO passa por reformulações e sua nomenclatura é modificada, sendo designado, a partir desse instante, de Programa Nacional de Tecnologia Educacional, permanecendo, porém, com a sua sigla inicial, PROINFO. Em seu novo desenho institucional e organizacional, conforme o art. 2º, o “ProInfo cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante adesão” (BRASIL, 2007).

Neste sentido, a participação da União é estabelecida a partir do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsáveis por instalar os ambientes tecnológicos, além de coordenar, acompanhar e avaliar o programa. Em colaboração com as respectivas instâncias, os estados e municípios participam por meio de suas secretarias e da coparticipação da associação de secretários estaduais, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED), bem como dos secretários municipais, União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) (ESTEVÃO; PASSOS, 2015).

Para execução das ações supracitadas nas unidades – estados e municípios –, foram criados os Núcleos de Tecnologias Educacionais (NTE) e os Núcleos de Tecnologias Municipais (NTM), onde atuam profissionais da educação e especialistas em hardware e software responsáveis pela formação dos educadores para utilização das TICs (CORDEIRO; BONILLA, 2018).

A formação de professores e gestores para utilizarem os novos recursos tecnológicos ocorre por meio do Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional, o Proinfo Integrado, criado em 2008. A *home page* do Ministério da Educação informa que:

O programa oferece formação voltada para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais.

Para tanto, são ofertados os seguintes cursos<sup>5</sup>: **Introdução à Educação Digital (60h)**; **Tecnologias na Educação**: ensinando e aprendendo com as TICs (60h); **Elaboração de Projetos (40h)**; **Redes de Aprendizagem (40h)**.

Convém ressaltar que o PROINFO, a nosso ver, é possuidor de bases consistentes e avançadas no que se refere a sua organização. Tal aspecto pode ser atribuído, também, ao empenho na elaboração de suas metas e diretrizes por diferentes instâncias governamentais ao articularem a sua engenharia, considerando características importantes na formação humana em meio a um cenário que nos convoca à interação mútua e contínua com as TICs.

No direcionamento tomado até o momento, procuramos compreender a funcionalidade do programa a partir dos documentos que o institucionalizam. Porém, o nosso embasamento teórico subsidia um estudo das políticas em diálogo com diferentes contextos e sujeitos, pois as políticas não são restritas apenas aos textos oficiais. Partindo dessa perspectiva, desenvolveremos a seção a seguir.

### **Redes de sentidos sobre o PROINFO a partir do ciclo contínuo de políticas**

O caminho para compreender políticas não deve partir de uma perspectiva linear, estática e superficial. Ball (1993; 2016) nos permite analisar a trajetória de políticas educacionais, como o PROINFO, para além das ações e normatizações do Estado, mediante uma visão crítica de sua formulação inicial até a sua implementação no espaço escolar.

Na abordagem “ciclo de políticas” de Bowe, Ball e Gold (1992), são apresentados os processos micropolíticos e as ações dos profissionais que lidam com as políticas a nível local e apontam a necessidade de articulação entre os processos macro e micro na análise das políticas. Em uma entrevista concedida em setembro de 2007, na Reunião Anual da *British Educational Research Association* (BERA) – “Associação Britânica de Pesquisa Educacional” –, realizada no Instituto de Educação da Universidade de Londres, Stephen Ball ressalta: o “ciclo de políticas não tem a intenção de ser uma descrição das políticas, é uma maneira de pensar as políticas e saber como elas são feitas” (MAINARDES; MARCONDES,

<sup>5</sup> Os cursos são ofertados por meio do Ambiente Colaborativo de Aprendizagem (e-ProInfo), uma plataforma digital que possibilita que professores da rede pública realizem cursos com outros professores.

2009, p. 301). O termo “ciclo” é utilizado tencionando romper com a ideia de verticalização e permite considerar como as políticas são interpretadas, ressignificadas e atuadas em diferentes contextos (MAINARDES, 2006).

Na obra *“Reforming Education and Changing Schools: Case Studies in Policy Sociology”* (1992), são retratados os contextos de análise da trajetória da política: “contexto de influência”, “contexto de produção do texto político” e o “contexto da prática”. Nessa tessitura, tais contextos são interligados entre si e nenhum deles sobressai ao outro, não existe uma linearidade. Portanto, torna-se um processo alicerçado em ciclos e envolve discursos, disputas, interpretações, atuações, por vezes, de maneira escancarada; outras vezes, de maneira silenciada.

Diante das ressalvas, nos embasando em Bowe, Ball e Gold (1992), apresentaremos as configurações dos respectivos contextos entrelaçados à trajetória da política de tecnologia educacional do PROINFO.

O contexto da influência é assim definido:

O primeiro contexto, o contexto de influência, é onde a política pública é geralmente iniciada. É aqui que os discursos políticos são construídos [...]. As arenas privadas de influência são baseadas nas redes sociais dentro e ao redor dos partidos políticos, dentro e ao redor do governo e em todo o processo legislativo. Aqui os principais conceitos políticos são estabelecidos (por exemplo, forças de mercado, currículo nacional, exclusão, devolução orçamentária), eles adquirem moeda e credibilidade e fornecem um discurso e um léxico para a iniciação da política (BOWE; BALL; GOLD, 1992, p. 19-20).

Segundo a concepção dos autores, no contexto da influência, os grupos de interesse disputam por espaço a fim de definir os objetivos, diretrizes e estratégias das políticas. Os discursos políticos, conseqüentemente, tonam-se, muitas vezes, divergentes e, até mesmo, desalinhados. Esse contexto é aquele propício à propagação de ideias, de discursos que circulam em busca de legitimidade. Nesse ínterim, ocorre uma disputa de grupos de interesse para tornar seus projetos hegemônicos, assim os discursos políticos vão se desdobrando em meio às lutas e embates com o intuito de definir a engenharia das políticas.

No caso do PROINFO, em nosso entendimento, as instâncias participantes em seu campo de ideias fluidas – como o Banco Mundial (patrocinador do programa), a empresa Transnacional Microsoft Windows, o Ministério da Educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, os educadores e especialistas em informática e telecomunicações e, ainda, as universidades e grupo populares –, influenciam fortemente em seu desenho institucional.

Ainda para efeito de exemplificação, citamos outro aspecto relacionado ao PROINFO quando se aproxima do contexto de influência. A aquisição de computadores compatíveis com o IBM/Microsoft, com o seu padrão de hardware e software, além de caracterizar o sistema educacional por meio de suas interfaces, influencia milhares de alunos, professores e sociedade em geral a manter o padrão de consumo desse mesmo produto, pois, considerando que a imersão dos sujeitos no mundo da informática foi permeada pelo referido sistema, espera-se que os mesmos se tornem consumidores de *hardwares* e *softwares* da empresa norte-americana em seus computadores pessoais, por exemplo (CASTRO, 2011).

O contexto da influência, simbioticamente, relaciona-se com o segundo, nominado de contexto da produção de texto, “ao passo que o contexto de influência está frequentemente relacionado com interesses mais estreitos e ideologias dogmáticas” [...] (MAINARDES, 2006, p. 52). O contexto da produção de texto, nesse sentido, configura-se como:

[...] Os textos políticos normalmente estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral. Os textos políticos, portanto, representam a política. Essas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc. Tais textos não são, necessariamente, internamente coerentes e claros, e podem também ser contraditórios. Eles podem usar os termos-chave de modo diverso. A política não é feita e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos com relação ao tempo e ao local específico de sua produção. Os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política (BOWE; BALL; GOLD, 1992, p. 21).

A concepção descrita enfatiza o contexto da produção de texto como representante das políticas, através, por exemplo, de textos legais oficiais, comentários formais ou informais e pronunciamentos oficiais. Levando em consideração que a política não se resume apenas aos momentos de decisão do legislativo ou ao texto, mas que perpassa diferentes fases em sua produção e interpretação, imbuída de interesses de diversos grupos, os textos legais e políticos são o resultado de disputas e compromissos, determinando os limites do próprio discurso, não sendo independentes da história, do poder e dos interesses (BALL, 1993).

Em nossa discussão inicial, optamos por trazer a política do PROINFO baseada em seus documentos oficiais, através da Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997 (que institui o PROINFO), e do documento Diretrizes do PROINFO, do Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, que reconfigura e lança outras propostas, como o PROINFO Integrado. Tais documentos, em nosso entendimento, apresentam-se como possibilidade de leituras do PROINFO no contexto da produção de texto.



O terceiro contexto é nomeado de contexto da prática. Nele, a partir das leituras realizadas pelo grupo, as políticas estão sujeitas a diferentes interpretações. Assim, vários indivíduos vão delineando a urdidura das ações, leituras e interpretações dos textos políticos. Desse modo, com Ball (2016, p. 14), reforçamos: “[...] esses textos não podem ser simplesmente implementados. Eles têm de ser traduzidos a partir do texto para a ação – colocados em prática –, em relação à história e ao contexto, com os recursos disponíveis”. Sabendo disso, cada espaço onde a política precisa ser alcançada possui seus próprios interesses, demandas e perspectivas, que não cabem ser negligenciados.

Se tratando do PROINFO, aproximam-se desse contexto as escolas públicas e os NTEs, por serem espaços onde a política do programa é executada/atuada por seus atores políticos (professores, gestores, especialistas em informática). Partindo dessa afirmação, todos os sujeitos envolvidos no fazer da política podem efetivar as suas próprias interpretações, seja acatando, rejeitando, refazendo ou questionando orientações, seja levantando possibilidades e impondo modos de fazer.

A escola pública, através de experiências e habilidades construídas ao longo do tempo, adquire uma maneira peculiar de lidar com as demandas do processo educativo. Nessa perspectiva, a proposta do PROINFO é colocada em ação hibridizada aos interesses, às convicções, significações e interpretações dos atores que irão colocar a política em ação. Sustentada e implicada, principalmente, com a teoria da atuação de Ball e seus colaboradores, essa discussão entrará em cena na seção a seguir.

### **O docente na política do PROINFO: implementador ou ator?**

Com base na teoria da atuação idealizada por Ball e seus colaboradores na obra “*How school do policy*” (2012) – e, em tradução para o Brasil, “Como as Escolas fazem Políticas: atuação em escolas secundárias” (2016) –, trataremos o PROINFO como política colocada em ação (*enactement*) por docentes/atores no currículo escolar. A ideia de *enactement* de Ball refere-se ao sentido de encenação, ou seja, à maneira do ator político se deparar com o texto, o representando/atuando de diferentes formas. Em nossa discussão, utilizaremos o termo atuação em substituição ao termo *enactement*.

Conforme Bowe, Ball e Gold (1992, p. 22-23), a atuação docente em políticas ocorre da seguinte forma:

[...] os praticantes não confrontam os textos de políticas como leitores ingênuos, eles vêm com histórias, com experiência, com valores e propósitos

próprios, eles têm interesses no significado da política. As políticas serão interpretadas de forma diferente, à medida que as histórias, experiências, valores, propósitos e interesses que compõem as diferentes arenas. O ponto simples é que os formuladores de políticas não podem controlar os significados de seus textos. Partes de textos serão rejeitadas, selecionadas de forma ignorada, deliberadamente mal compreendidas, respostas podem ser frívolas, etc. Além disso, mais uma vez, a interpretação é uma questão de luta. Diferentes interpretações entrarão em competição, referem-se a diferentes interesses, uma ou outra interpretação vai predominar.

Para os autores, as políticas são oriundas de significações atribuídas pelo ator político, participante de sua construção. Nesse processo, as políticas são interpretadas de diferentes maneiras e os seus formuladores não têm como controlar tais interpretações. A tentativa de garantir os efeitos da política é, quase sempre, frustrada, pois o ato de leitura de políticas é realizado por atores imbuídos de interesses, experiências e valores que trazem implicações na sua efetivação (SOUSA, 2019). Por isso, a teoria do “ciclo de políticas” nos provoca a pensarmos de maneira crítica o processo de constituição das políticas, pois, segundo Sousa (2019), trata-se de um processo que não se encerra no espaço macro, ou seja, quando as políticas são transformadas em textos, como legislação, normativas educacionais, também se estende para o espaço micro, como a sala de aula, lugar onde o professor atua, interpreta, ressignifica e traduz as políticas.

Conforme a política do PROINFO é encenada no âmbito da escola pública, no contexto da prática, as múltiplas concepções de seus atores sobre diversos aspectos, como ensino, aprendizagem, tecnologias na educação, políticas de currículo se hibridizam e repercutem na atuação dessa política. Sendo assim, o PROINFO estará sujeito a ser atuado de diversas formas, podendo ocorrer momentos de conflitos, negações e negociações nesse processo dinâmico que é a atuação de políticas. Exemplificamos: o professor A pode utilizar o computador apenas como mera ferramenta para planejamento de suas aulas; já o professor B resiste à utilização em suas práticas de ensino e não o faz; o professor C considera esse artefato como potencializador para realizar aulas dinâmicas e interativas, aproveitando todas as possibilidades de utilização. Desse modo, ponderamos que esses docentes estão interpretando, ressignificando e atuando, de alguma forma, a proposta do programa.

Nas leituras do documento Diretrizes do PROINFO, constatamos algumas estratégias a serem consideradas no âmbito de sua execução, dentre as quais destacamos: subordinar a introdução da informática nas escolas a objetivos educacionais estabelecidos pelos setores competentes; fomentar a mudança de cultura no sistema público de ensino de 1º e 2º graus, de

forma a torná-lo apto a preparar cidadãos capazes de interagir numa sociedade cada vez mais tecnologicamente desenvolvida (BRASIL, 1997).

Tais passagens desse documento, embricadas à teoria da atuação de Ball, revelam que as orientações e as ações curriculares propiciadas pela política do PROINFO estão entrelaçadas às significações, condições, disputas e convicções onde essa política será alcançada. Desse modo, introduzir a informática, modificar a cultura do sistema de ensino, preparar cidadãos para atuarem no contexto da conectividade são estratégias que serão desenvolvidas em meio à ação/encenação do professor nessa política, já que, no PROINFO, assim como nas demais políticas educacionais, ocorre o processo de tradução pelos professores. Essa tradução “[...] é um processo interativo de fazer textos institucionais e colocar esses textos em ação, literalmente ‘atuar’ sobre a política” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 69). É através das concepções didático-pedagógicas, no planejamento e desenvolvimento de atividades com recursos do PROINFO, que o professor traduz e atua tal política.

Portanto, pensar a proposta do PROINFO como uma política de currículo comprometida com a imersão das tecnologias digitais no espaço da escola pública nos provoca a perquirir a sua proposta através de lentes que abarcam as intencionalidades, escolhas, concepções e condições descritas no texto e discurso do PROINFO, bem como na atuação docente. Nesse entendimento, Bonilla (2002, p. 281) destaca:

Tomar as TICs como fator político, como estratégia de conhecimento e ação, significa sim, inserir as TICs no contexto escolar, mas também perceber a concepção e as condições que levaram a essa inserção, bem como as escolhas e o conjunto de medidas que a acompanham. Dependendo dessas concepções e medidas é que poderemos abrir espaço para a estruturação de outros territórios educativos ou fortalecer o modelo educacional já instituído.

A atuação docente no PROINFO é potencializada por demandas de interesses e interpretações deflagradas no contexto escolar. Isso significa que as tecnologias oferecidas pelo programa não podem ser reduzidas a um fator técnico e, sim, como fator político, percebido pela forma em que são ofertadas, empregadas e produzidas (BONILLA, 2002). Sobre essa ideia, Lévy (1993, p. 188) destaca: “[...] o ser de uma proposição, de uma imagem, ou de um dispositivo material só pode ser determinado pelo uso que dele fazemos, pela interpretação dada a ele, pelos que entram em contato com ele”. O que determina a natureza das TICs são os usos feitos à luz dos sentidos que atribuímos. Ball (2006, p. 26) alerta: “as políticas normalmente não nos dizem o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais o

espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou modificado ou nas quais metas particulares ou efeitos são estabelecidos [...]”.

Partindo desses pressupostos, a disponibilização dos computadores com acesso à internet nas escolas públicas não é garantia de produção de uma cultura de informação e conhecimentos, inclusão digital, melhoria no processo de construção do conhecimento, desenvolvimento de capacidades exigidas no atual mercado de trabalho, ou, ainda, de uma educação dialogada com as vivências externas do aluno, como objetiva a política do PROINFO. O conjunto de ações desenvolvidas a partir dessa política, por meio das recriações e interpretações dos atores, é interdependente do contexto em que ela se encontra.

A partir desse cenário, percebemos também a essência da política do PROINFO, pois, muito mais do que oportunizar o acesso às tecnologias digitais, a engenharia desse programa é, assim como as demais políticas, determinada por interpretações e pelos usos que fazemos daquilo que o programa oferece.

Rosa, H. V. (2017) ressalta que as tecnologias, ao serem inseridas na escola, são acompanhadas de termos como “didático”, “pedagógico” ou “educacional” (livro didático, *tablet* educacional, *software* pedagógico). Todavia, para a autora, isso não determinará que essas tecnologias sejam empregadas no ambiente escolar de forma legitimada, aferindo o que pode ou que não pode ser utilizado nas práticas educativas.

De forma geral, da proposta do PROINFO, germinam diversas possibilidades de atuação docente que repercutem de maneira contundente nos processos de ensino-aprendizagem. Aquilo que professores e demais profissionais pensam e acreditam tem implicações para o processo de ressignificação dessa proposta no contexto da prática. Esse entendimento nos afasta de concepções que reduzem as políticas a textos legais a serem implementados na escola pública por sujeitos que irão reproduzir as orientações que ali estão descritas. No entanto, não temos a intenção de diminuir o texto político elaborado por instâncias estatais. Nos interessa, aqui, esclarecer que o PROINFO é significado e, conseqüentemente, reelaborado em vários contextos. Assim sendo, a presença das tecnologias digitais na educação vem ocorrendo em concomitância com os saberes/fazeres dos docentes que estão colocando essa política em cena.

### Considerações finais

Conduzidos pela abordagem do ciclo de políticas, assim como pela teoria da atuação de Ball e seus colaboradores, buscamos, neste artigo, analisar a política do PROINFO em

diferentes contextos, considerando as articulações – disputas e embates –, para a sua idealização e seu desenvolvimento, passando pela atuação deste programa na escola pública.

Conforme a análise produzida, mostramos o PROINFO de forma descentrada, considerando aspectos que marcam o seu processo de idealização, formulação e ressignificação por agentes políticos em espaços e tempos diversificados.

Sabendo que o PROINFO é uma política oriunda de demandas que foram se alargando no cenário da cultura digital, o seu desenvolvimento é pensado e articulado visando a imersão e a utilização das tecnologias digitais em instituições educativas. Assim como as demais políticas, o PROINFO não está isento de debates, disputas e embates, em diferentes campos de poder, que tentam tornar suas perspectivas hegemônicas. Em meio a esse cenário, o texto político é escrito e apresentado aos atores políticos para ser colocado em ação nas escolas públicas, que ressignificam a política contextualmente, ou seja, a partir de suas dinâmicas.

Contudo, a efetivação do PROINFO, enquanto política de nível federal que beneficia milhares de escolas públicas em todo país, se dará de maneira diversificada em cada escola alcançada. Isso ocorre porque os atores envolvidos no seu processo de ressignificação, entre eles os professores, gestores e técnicos do NTE, imputam seus próprios sentidos nessa política e isso acaba interferindo nas ações tecidas no contexto da prática. Além disso, cada escola possui condições peculiares, como a sua posição, sua ideologia, seu reconhecimento social, sua própria relação com órgãos de poder, e esses fatores repercutem em como a política do PROINFO será atuada.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, K. M. *et al.* Aprender e ensinar em tempos de Cultura Digital. **EmRede – Revista de Educação a Distância**, Porto Alegre (RS), v. 1, n. 1, p. 152-168, jul. 2014. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/16>. Acesso em: 10 set. 2020.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisas crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa política educacional. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p.10-32, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/ball.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

BALL, S. J. What is criticism? A continuing conversation? A Rejoinder to Miriam Henry. **Discourse**, v. 14, n. 2, p. 108-110, 1993.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2016. 232 p.

BONILLA, M. H. S. **Escola aprendente**: desafios e possibilidades postos na sociedade do conhecimento. 2002. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2002.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools**: case studies in policy sociology. London, Reino Unido: Routledge, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Gabinete do Ministro. **Portaria n. 522, de 9 de abril de 1997**. Autoriza a criação do Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo. Brasília, DF: MEC, 11 abr. 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001167.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação a Distância. **ProInfo**: diretrizes. Brasília, DF MEC, SEED, jul. 1997. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/proinfo\\_diretrizes1.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/proinfo_diretrizes1.pdf). Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República, Casa civil. **Decreto n. 6.300, de 12 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO. Brasília, DF, 13 dez. 2007. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94218/decreto-6300-07#art-1>. Acesso em: 07 mar. 2020.

CASTRO, M. C. E. **Enunciar Democracia e Realizar o Mercado Políticas de Tecnologia na Educação até o Proinfo Integrado (1973-2007)**. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

CORDEIRO, S. F. N.; BONILLA, M. H. S. Educação e tecnologias digitais: políticas públicas em debate. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE INCLUSÃO DIGITAL, 5., 2018, Passo Fundo. **Anais** [...]. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, 2018. Disponível em: [https://www.upf.br/\\_uploads/Conteudo/senid/2018-artigos-completos/178958.pdf](https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/senid/2018-artigos-completos/178958.pdf). Acesso em: 10 abr. 2019.

ESTEVIÃO, R. B.; PASSOS, G. O. O programa nacional de tecnologia educacional (proinfo) no contexto da descentralização da política educacional brasileira. **HOLOS**, v. 1, p. 199-213, 2015. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2645>. Acesso em: 07 mar. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

HEINSFELD, B. D.; PISCHETOLA, M. Cultura digital e educação, uma leitura dos Estudos Culturais sobre os desafios da contemporaneidade. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. esp. 2, p. 1349-1371, ago./2017. e-ISSN: 1982-5587. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10301/6689>. Acesso em: 01 mar. 2021.

LÉVY, P. **As tecnologias da Inteligência**. O futuro do pensamento na era da informática. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 1993.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas (SP), v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvxytCQHHCJFyhsJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas (SP), v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KCJrrfcWgxsnhp8ZVN4R4Jt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2020.

ROSA, H. V. **Tecnologias digitais e educação**: os dispositivos móveis nas políticas públicas de inserção das tecnologias na escola. 2017. 236 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2017.

ROSA, S. S. Uma introdução às ideias e às contribuições de Stephen J. Ball para o tema da implementação de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa (PR), v. 4, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12964>. Acesso em: 10 set. 2020.

SOUSA, M. D. Apontamentos teórico-metodológicos: contribuições de Stephen J. Ball para as pesquisas de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa (PR), v. 3, p. 01-22, 2019. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/13446>. Acesso em 11 fevereiro 2020.

### Como referenciar este artigo

GOMES, R. M. O.; SANTOS, J. M. T.; MEDEIROS, E. A. Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO: pensar a política educacional para além da implementação na escola pública. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 3, p. 1647-1661, jun. 2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp.3.15303>

**Submissão em:** 05/02/2021

**Revisões requeridas em:** 30/03/2021

**Aprovado em:** 12/05/2021

**Publicado em:** 01/06/2021